

ENCARTE CLACSO

CADERNOS DA AMÉRICA LATINA XI

Consejo Latinoamericano
de Ciencias Sociales



Conselho Latino-americano
de Ciências Sociais

Os *Cadernos de Pensamento Crítico Latino-americano* constituem uma iniciativa do Conselho Latino-americano de Ciências Sociais (CLACSO) para a divulgação de alguns dos principais autores do pensamento social crítico da América Latina e do Caribe: Ruy Mauro Marini (Brasil); Agustín Cueva (Equador); Álvaro García Linera (Bolívia); Celso Furtado (Brasil); Aldo Ferrer (Argentina); José Carlos Mariátegui (Peru); Pablo González Casanova (México); Suzy Castor (Haiti); Marilena Chauí (Brasil); Florestan Fernandes (Brasil); Orlando Fals Borda (Colômbia); Mayra Paula Espina Prieto (Cuba); Edelberto Torres Rivas (Guatemala); René Zavaleta Mercado (Bolívia); Rodolfo Stavenhagen (México); Milton Santos (Brasil); Silvio Frondizi (Argentina); Gerard Pierre-Charles (Haiti); Aníbal Quijano (Peru); e Juan Carlos Portantiero (Argentina) entre outros. Os *Cadernos de Pensamento Crítico Latino-americano* são publicados no jornal *La Jornada* do México e nos *Le Monde Diplomatique* da Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Espanha e Peru.

CLACSO é uma rede de 228 instituições que realizam atividades de pesquisa, docência e formação no campo das ciências sociais em 25 países: www.clacso.org

Coordenação editorial: Emir Sader

Presentificação, impulsos globais e espaço urbano: O novo economicismo

Ana Clara Torres Ribeiro*

Urbanização e reestruturação produtiva

O estudo da urbanização na América Latina exige a reflexão da posição ocupada pelos países periféricos, nos fluxos econômicos que organizam a atual fase do capitalismo. Sem dúvida, a reestruturação produtiva impõe novos usos ao território, assim como, apropriações estratégicas da materialidade construída em momentos históricos anteriores. Estes usos e apropriações têm fortes consequências para a rede urbana latino-americana e, particularmente, para a vida nas metrópoles. Manifestam-se, por exemplo, as seguintes tendências: acirramento da competição entre cidades por investimentos privados; aumento da desigualdade sócio-espacial; privatização dos espaços públicos; redução das relações interclassistas; esgarçamento e fragmentação do tecido urbano.

A atualização do espaço herdado, estimulada pela globalização da economia, corresponde às condições gerais de produção exigidas pelo ritmo e pela direção da acumulação na escala mundial. Trata-se, fundamentalmente, da construção do ambiente que corresponde à divisão social e territorial do trabalho, comandada por corporações transnacionais e pelo capital financeiro. Neste ambiente, predomina a circulação eficiente e o consumo excepcional para alguns, em contraste com a escassez experimentada, no cotidiano, pela maioria. Há, também, uma espécie de substituição acelerada de crenças e mitos, correspondente à ânsia por contínuas inovações que caracteriza a simbiose, na última modernidade, entre produção e consumo.

A metamorfose do capital, iniciada a partir da crise de acumulação dos anos setenta, trouxe a hege-

monia do capital financeiro; desafiou o Estado; refez a hierarquia das frações capitalistas no âmago das estruturas de poder e, até mesmo, transformou a própria noção de produto, de mercadoria. Foi, assim, essencialmente modificado o conteúdo cultural e ideológico da hegemonia, com fortes rebatimentos na esfera política. Tal nível de transformação dependeu de uma nova composição do meio geográfico, alcançada através da seletiva difusão das tecnologias de informação e comunicação. Com a configuração deste novo meio, foram geradas intensas transformações nas relações técnicas e sociais de produção, que trouxeram as crises da cidade fordista e do mundo do trabalho.

Esgota-se, assim, o binômio que orientou tantos projetos de modernização econômica e cultural das sociedades latino-americanas: urbanização e industrialização. A difusão do novo meio permite que aconteça, atualmente, a desindustrialização de áreas metropolitanas, ao mesmo tempo em que emergem novas regiões produtivas, pólos tecnológicos, que evitam as assim chamadas deseconomias externas, oriundas das carências urbanas, de pressões trabalhistas e da insegurança nas metrópoles. Pela influência desses processos, também a urbanização adquire um novo perfil. Numa de suas faces, surge a urbanização dispersa dos condomínios fechados e centros exclusivos de consumo e, na outra face, a degradação de centros históricos e a guetificação dos mais pobres.

Reestruturação produtiva-reestruturação urbana

Em verdade, a reestruturação produtiva exige a sua compreensão também como reestruturação ur-

bana, o que só é possível através da valorização analítica dos vínculos sociedade-espaço. Nesta direção, evidencia-se a necessidade de que as ciências sociais integrem, num único propósito teórico e empírico, tempo-espaço e ação social. Apenas esta integração, que depende de esforços transdisciplinares, permitirá o desvendamento da natureza dos vetores que hoje modificam, tanto a materialidade, quanto a sociabilidade na rede urbana da América Latina.

Alguns autores, como Milton Santos, já afirmaram que esse desvendamento é indispensável à concepção de projetos políticos que impeçam o domínio da metrópole corporativa sobre a “outra cidade”, aquela que é de todos e para todos. Compreende-se, com o apoio destes autores, que a cidade corporativa que sucede com menor ou maior velocidade e violência a cidade fordista, traz desafios relacionados ao conteúdo técnico da acumulação, aos seus arranjos político-administrativos e à versão de ordem urbana que acompanha a globalização da economia. Esta ordem, tantas vezes imposta como diretriz para a ação do Estado, surge, basicamente, na forma de monitoramento de hábitos e costumes, padronização de ideários para a renovação urbana e intolerância.

Esta ordem recusa a singularidade dos lugares, as memórias e, as estratégias e táticas de sobrevivência das camadas populares. E, também, nega o acúmulo de experiências políticas que pode permitir a afirmação de sujeitos sociais portadores de alternativas de futuro, para a experiência coletiva. Constitui uma tarefa urgente, compreender a paisagem urbana esperada da instalação desta ordem. Estão ausentes, nos projetos que a defendem, a ação espontânea e a criatividade que costuram as tramas urbanas.

Sem essas tramas, não existe urbanidade. Ao contrário, existe artificialismo, isto é, o cenário desejado pelas grandes corporações, pelos proprietários dos meios de comunicação e pelos donos de *griffe*. De fato, o artificialismo transparece nas cópias da denominada cidade global, real modelo arquitetônico, urbanístico, financeiro e informacional da globalização da economia. Este modelo tem sido cuidadosamente confeccionado pelo novo economicismo, através de vínculos operacionais entre economia, política e cultura. É necessário conhecer os princípios que organizam esse modelo, assim como, as ações e os projetos que os seus defensores codificam e difundem.

Presentificação

A atual fase do capitalismo alimentada por contínuas inovações tecnológicas intensificou as trocas mundiais de mercadorias, mensagens e pessoas. A intensificação dos fluxos expressa a amplitude atingida pela arena da produção e pela administração do consumo (individual e coletivo). Por outro lado, a intensidade das trocas e o seu caráter inseguro, incerto e múltiplo demandam investimentos em infra-estrutura econômica de novo tipo: socialmente seletivo e de última geração. Privilegia-se, assim, os conteúdos técnicos que potencializam as ações que favorecem a versão hegemônica do mercado.

Além de recursos informacionais, a acumulação realizada entre diferentes sítios e a racionalização das relações de produção, demandam segurança nos (e dos) investimentos e a adoção de formas de regulação que garantam o funcionamento *just in time* da produção. A globalização da economia exige, simultaneamente, inovação e padronização de insumos e gestos, o que transforma a estrutura das firmas. Cada vez mais, as corporações monitoram as decisões dos governos e buscam controlar os usos do território, dos recursos naturais e dos ambientes historicamente construídos.

Nos países periféricos, os investimentos em infra-estrutura econômica tenderam a se concentrar no apoio à produção de bens destinados à exportação e em equipamentos exigidos pela circulação mundial de mercadorias. Basta observar, nesta direção, a concentração de investimentos nas comunicações e, em portos e aeroportos e, ainda, nas estradas com administração privada. Desta maneira, pode-se dizer que o espaço herdado tem sido pressionado por dois fenômenos articulados: transnacionalização da atividade econômica e intensificação dos fluxos. Estes fenômenos comungam com outros, tais como: informatização do território, expansão do crédito e privatização dos serviços.

A nova fase do capitalismo demanda fluidez e o ajuste de diferentes formas de organização do trabalho às exigências da forma dominante de produção, como ilustram, em tantos países, a expansão da terceirização na indústria, no comércio e nos serviços, além da reforma da previdência social e a redução de direitos trabalhistas. Também é reforçada a padronização da ação do Estado, sendo instaurada, como propôs Milton Santos, uma específica relação entre tecnoesfera e psicoesfera. Nesta relação, mudanças na materialidade estimulam transformações, quase imediatas, na sociabilidade, como exemplifica o ativismo decorrente da aceleração da vida coletiva. Assim, exige-se que trabalhadores e consumidores ajustem-se às orientações comportamentais que satisfazem, basicamente, aos interesses das firmas.

Estes fenômenos e processos atualizam seletivamente a rede urbana e, em especial, as metrópoles, já que estas constroem intensas interfaces com mudanças técnicas e culturais em curso na escala mundial. Segmentos do tecido urbano e áreas escolhidas das grandes cidades são moldadas e renovadas para executar as funções necessárias à acumulação globalizada. A presentificação, portanto, é fragmentadora do espaço herdado, o que inclui a

destruição de instituições e a diminuição de vínculos sociais. Por outro lado, o fato de última modernidade sustentar-se em ininterrupta oferta de inovações tecnológicas atinge a própria percepção do tempo, gerando a ilusão de que o único futuro possível é o constituído pela infinita reprodução dos movimentos do presente.

Impulsos globais

A economia globalizada e as redes transnacionais de produção amplificaram a incerteza que caracteriza o atual período histórico, comandado pelo capital financeiro. O controle da incerteza – e, de forma contraditória, o usufruto das oportunidades de lucro que gera – subordina governos e facilita a interferência das grandes corporações e agências multilaterais, na definição dos investimentos públicos. São modificados, desta maneira, tanto os ideários do desenvolvimento urbano como os atores envolvidos no desenho das políticas públicas, o que pode ser constatado através da identificação entre os ritmos e objetivos da economia e da política.

Aproximaram-se os tempos e espaços das esferas política e econômica. Esta aproximação informa sobre características nucleares dos atuais vetores da modernização. Estes vetores, que não prometem a modernidade para todos, são compostos por técnicas de gestão e modelos de desenvolvimento difundidos na escala mundial; fundos de investimento em busca de valorização; orientações culturais e, também, projetos arquitetônicos, símbolos, imagens e discursos. Constituem impulsos à atualização do espaço herdado e instrumentos de ajuste, dos lugares, ao ritmo e à direção da forma hegemônica de realização da economia.

Porém, esses vetores não se instalam sem sofrer as resistências das sociedades locais, de práticas territorializadas e do espaço herdado. Existem resistências político-jurídicas e culturais, como demonstram as publicações do Observatório Social da América Latina do CLACSO. Por outro lado, a consolidação desses vetores, depende do envolvimento de parte das sociedades locais e da adesão de segmentos da administração pública. De fato, a transformação do espaço herdado em atrativo para a economia globalizada não ocorre sem a modificação, pelo arranjo das forças políticas de cada país, na apropriação do espaço herdado, o que implica no acionamento estratégico de recursos em mãos do Estado.

O exame da seletiva atualização da rede urbana latino-americana impõe a pesquisa simultânea dos impulsos globais cuja natureza é constantemente transformada pela tecnociência e pelos contratos entre empresas e, destas, com governos e dos interesses internos, incluindo os defendidos por organizações empresariais e profissionais. A modernização dos espaços urbanos associada aos impulsos globais é, sobretudo, parcial e estratégica. Evita as deseconomias da aglomeração, mas usufrui do excepcional acesso à informação, à complementaridade entre firmas e ao consumo que as metrópoles oferecem.

Novo economicismo

A naturalização da dinâmica econômica constitui o mais forte sustento das ideologias do capitalismo. É através da naturalização dos interesses que organizam as atividades econômicas, que são reificadas as necessidades sociais, permitindo que a lógica do lucro seja apresentada como a única forma legítima de racionalidade. O predomínio do econômico influi, decisivamente, na sociabilidade e na urbanidade, fazendo com que o mercado ganhe autonomia frente à política e à cultura. As explicações científicas, também, sofrem os efeitos desse predomínio, na medida em que as ciências sociais absorvem, pelo menos em parte, as orientações e os valores da racionalidade dominante.

No atual período histórico, o economicismo complexifica-se, já que os conteúdos do meio geográfico, encontram-se em transformação. Com maior intensidade, as ideologias apropriam-se de suportes técnicos com grande poder de penetração na organização da vida cotidiana. Ao mesmo tempo, com o apoio do crédito, a própria técnica transforma-se num dos principais anseios de consumo individual e familiar, o que facilita a veloz extensão de redes administradas por corporações com presença em escala mundial. Aliás, o acompanhamento desses processos, pelo pensamento crítico, depende do estudo dos vínculos entre privatização do setor de comunicações e difusão do novo economicismo.

Os objetos técnicos, somados à intensa emissão de imagens, interferem no imaginário social e em representações da cidade desejada. Hoje, a ação estratégica, de corporações e atores políticos, conta com recursos que radicalizam algumas características das ideologias do capitalismo. Acentua-se a influência do pensamento operacional e utilitarista na modelagem das noções de eficácia e eficiência. Estas noções inserem-se nas relações de produção e em características do indivíduo projetado pelas instituições sociais, sobretudo as envolvidas com a educação e a qualificação profissional. Cresce, desta maneira, a influência do individualismo e do consumismo na vida cotidiana. Tal influência transparece na morfologia urbana, como exemplifica a exuberância da arquitetura do consumo, e nas práticas sociais, como demonstra a redução do interclassismo.

A globalização da economia, ao prometer a unificação técnica do mundo, criou a expectativa de homogeneização, ainda que superficial, dos hábitos e estilos de vida. É esta a expectativa que substitui, atualmente, as grandes narrativas evolucionistas, estimuladoras dos projetos de modernização das sociedades periféricas e, especialmente, das suas metrópoles. Agora, não há mais evolução prometida. Há, sim, presente amplificado, reprodução do mesmo, ambição de eternidade. É esta ambição que se traduz nos objetos urbanos de último tipo, condensadores de símbolos do futuro monitorado pela técnica e da hierarquia construída pela ação hegemônica.

Ao desejar apresentar-se como antítese do evolucionismo, o pós-moderno tende a reproduzir alguns dos fundamentos da visão de mundo que busca desconstruir. Assim, também o pós-moderno, apresenta-se como síntese de todas as temporalidades, ainda que condensadas no presente. A mudança técnica sustenta esta pressão direcionada ao momento vivido. Porém, trata-se, em grande parte, de um discurso apoiado em estruturas provisórias, que não alcançam os alicerces, efetivamente estruturais, da questão urbana. Em algumas das suas realizações, a leveza do pós-moderno corresponde aos códigos culturais do novo economicismo, como pode ser observado nas superfícies ajustadas ao mercado globalizado, aos grandes eventos e à cultura transformada em mercadoria.

O lugar da cultura

As mudanças na organização da economia difundiram, além da expectativa de permanentes inovações técnicas, possibilidades, antes desconhecidas, de mediação entre produção e consumo; local e global. Estas mediações – que possibilitam novas profissões e frações capitalistas – alteraram a posição ocupada, pelos bens e práticas culturais, na acumulação de capital. O reposicionamento da cultura transparece na importância outorgada ao marketing na produção da imagem urbana.

Da mesma forma que bens e serviços recebem o acréscimo de valor decorrente de embalagens e investimentos em propaganda, segmentos da rede urbana absorvem investimentos que visam a sua promoção, como lugares propícios aos investimentos e ao consumo excepcional. Multiplicam-se os objetos

urbanos dedicados à cultura, assim como, os eventos que promovem cidades e, também, administradores, que até ontem voltavam-se, prioritariamente, para as políticas de habitação ou saneamento. Há, portanto, uma nova direção esperada para os investimentos públicos, um crescente dinamismo da economia áudio-visual e formas atualizadas de legitimação política dos interesses econômicos.

As mediações e os mediadores, apoiados pelos investimentos nas áreas da comunicação e da informação, reclassificam práticas sociais e qualidades da cidade, criando disputas entre as formas tradicionais e inovadoras de apropriação do espaço herdado. O marketing influi diretamente na administração urbana e ganham destaque personagens que, por sua presença na mídia, acionam os mecanismos simbólicos da comunicação rápida. Este tipo particular de aceleração da vida urbana, altamente concentrador da renda, encontra-se associado à turistificação do território (ver o turismo de negócios), à influência dos operadores de fluxos na determinação dos usos do espaço urbano e à importância atribuída à moda.

Esses processos propiciam certo tipo de efervescência envolvente, ativa e dinâmica, condizente com leituras dos lugares que procuram, no âmago do tecido urbano, a novidade e os estímulos ao consumo. Esta forma singular de efervescência altera a dinâmica do mercado de trabalho, as relações entre as classes sociais e as expectativas em torno dos projetos de renovação urbana. Com a influência do novo economicismo, atuante no planejamento e no urbanismo, a paisagem é projetada como cenário ou palco, reduzindo-se a sua importância como cena ou arena. Este não é, ainda, um futuro plenamente previsto, mas, sim, um contexto que pode ser vislumbrado a partir da manifestação de um conjunto

de tendências merecedor de reflexão e pesquisa.

Alguns fenômenos urbanos

A atualização dos espaços urbanos e a modernização parcial dos países periféricos podem ser reconhecidas mediante a observação de alguns fenômenos urbanos. Destaca-se, inicialmente, a denominada urbanização dispersa, relacionada ao rodoviarismo, à formação de megalópoles e complementaridades entre metrópoles na escala mundial. A urbanização dispersa, articulada às redes técnicas e privatização da circulação, expande o urbano para além dos marcos construídos, o que modifica o funcionamento da rede de cidades e a sua hierarquia interna. Também são modificadas, cabe acrescentar, as relações campo-cidade.

Um outro fenômeno relevante é a formação de enclaves urbanos, dotados de amenidades raras e de mecanismos avançados de segurança. Na produção destes enclaves, dedicados aos negócios ou à moradia das classes abastadas, o capital imobiliário associa-se ao capital financeiro e à administração sofisticada, colaborando para a difusão de ideários de modernidade e de desenvolvimento urbano que evitam a co-presença das classes populares. Também é cada vez mais freqüente, a construção de enclaves em áreas que foram conquistadas pelas classes populares, o que gera o encarceramento da terra urbana e o gradual deslocamento das famílias pioneiras.

Enclaves e urbanização dispersa, esvaziam centros históricos e destroem experiências coletivas. Em verdade, surgem outras centralidades, expressivas das formas mais atuais de prestação de serviços, consumo e lazer. Estas centralidades, que mesclam templos de consumo e condomínios

fechados, correspondem a mudanças na sociabilidade e na estrutura de classes. Neles, são criadas barreiras à integração social, relacionadas à elitização das oportunidades de trabalho e à exclusão, inclusive étnica, no consumo. Estabelece-se, neste percurso, uma nova tensão entre construção e destruição, abundância e escassez, que amplifica a segregação sócio-espacial.

Também constitui um fenômeno relevante, para a reflexão da questão urbana nas sociedades periféricas, a hiper-periferização da moradia das famílias das classes populares. Esta última tendência impede a reprodução de tradicionais estratégias de sobrevivência, tornando ainda mais precárias as condições urbanas de vida. Por outro lado, esta tendência dificulta a organização social e política, restando as reivindicações urbanas. Em resistência a esta tendência, como às demais, é necessário defender usos mais generosos do espaço urbano e, formas mais justas e solidárias de circulação nas grandes cidades latino-americanas.

Os fenômenos rapidamente citados informam sobre a destruição do tecido urbano. Frente a este quadro, é preciso formular alternativas. Nesta direção, deve ser lembrado que a cidade industrial, em sua limitada realização nos países periféricos, concentrou historicamente os maiores investimentos públicos e privados. É da materialidade e das redes sociais resultantes desta concentração, que os mais pobres sobrevivem, através de empregos precários, dos arranjos familiares, do trabalho autônomo ou da mendicância. Portanto, é a partir dela que uma outra cidade precisa ser pensada e defendida, com novos usos do espaço herdado e concepções socialmente responsáveis de produção, intercâmbio e consumo.

Cartografia da ação social: Região latino-americana e novo desenvolvimento urbano

Ana Clara Torres Ribeiro*

Contextos: reduzindo a abstração

A crítica de modelos ao desenvolvimento econômico, que não correspondem aos desafios estruturais das sociedades latino-americanas e a resistência à abstração das condições imediatas de vida imposta pelo neoliberalismo, estimularam nas últimas décadas, fortes mudanças teóricas e metodológicas nas ciências sociais. Entre estas mudanças, salienta-se a inclusão obrigatória do espaço e do território na análise social. Esta inclusão evidencia-se na exigência de tratamento dos contextos nos quais são vividas as transformações no capitalismo. Esta exigência, que conduz ao reconhecimento da complexidade, transforma a leitura das relações espaço-sociedade, por valorizar a singularidade na análise de experiências sociais concretas.

Através da leitura de contextos, são retomadas questões que estiveram na origem das ciências sociais mas, que foram secundarizadas pela veloz difusão, especialmente a partir dos anos cinquenta, de ideários modernizadores considerados universais e, logo, de indubitável valor. O esgotamento destes ideários, já visível a partir dos anos sessenta e setenta (ver as teorias da marginalidade social e da dependência estrutural), torna-se irreversível nos anos noventa, pela própria radicalidade da exclusão social trazida pela globalização da economia. Frente às conseqüências sociais da última modernidade, reconhece-se, mais facilmente, a fragilidade de

orientações teóricas anteriores. Este reconhecimento propicia a revisão das tarefas que devem ser assumidas pelos cientistas sociais da região.

Entre estas tarefas, destaca-se o esclarecimento dos sentidos da ação social, o que implica no estudo dos vínculos entre sujeito social, conjuntura e lugar. O comprometimento das ciências sociais com estas tarefas traduz-se, por exemplo, em pesquisas sobre modos de vida, meios de subsistência, cultura material, aprendizados intergeracionais, senso comum e cotidiano. Na mesma direção, constata-se o envolvimento do pensamento social com o território. Com este envolvimento, espera-se que as ciências sociais contribuam para a afirmação de racionalidades alternativas, que orientem uma apropriação mais solidária e justa do espaço herdado.

Essas mudanças nas ciências sociais também indicam a lenta construção de paradigmas transdisciplinares. Esta construção sustenta-se no recurso à filosofia e em alterações na relação sujeito-objeto, como exemplificam as técnicas participativas de pesquisa; o resgate das narrativas e o respeito à fala do “outro”. Registra-se ainda, por sua importância para o pensamento social latino-americano, a intensificação das trocas intelectuais Sul-Sul e o número crescente de estudos dedicados aos movimentos sociais. A própria transformação nas formas de organização, orientações políticas e metas destes movimentos, impulsiona a busca de novas linguagens pelas ciências sociais. Estes movimentos criam

novas geografias e atualizam identidades pretéritas, modificando a sua relação com as forças sociais e políticas e com os recursos concentrados nas grandes cidades da região.

Com a valorização de lutas, reivindicações e protestos, a leitura da grande cidade latino-americana ultrapassa a sua realidade imediata de epicentro da crise societária. Evidentemente, não se trata de negar esta realidade mas, de propor que o espaço urbano – além de uma condensação de carências – é também depositário de aprendizados, conquistas e projetos populares, mesmo que estes continuem retidos nas malhas da ordem dominante. Interrogando esta ordem, a pesquisa da ação social reconhece as energias latentes da cidade, impedindo que o espaço físico e a paisagem orientem, com exclusividade, a interpretação da vida social. Afinal, a realidade visível não esgota a experiência urbana, que também é dotada de transcendência.

Na urbanização latino-americana, as classes populares conquistaram arduamente o direito à cidade, enfrentando a dura estratificação social que caracteriza as sociedades periféricas: extrovertidas e conservadoras. Esta conquista, com todos os seus custos sociais, não admite desistências. Desde meados do século XX, a pobreza - em sua complexa composição econômica, política, étnica e cultural - foi brutalmente concentrada nas grandes cidades. A crise dos projetos de modernização não reduziu a força deste processo. Ao contrário, a globalização da

economia trouxe, para a rede urbana, um conjunto ainda mais amplo de presenças sociais, como resultado da apropriação corporativa e transnacional de segmentos do território.

Assim, apesar da ampla difusão de modelos de gestão que reduzem a cidade a uma empresa ou produto, os conflitos sociais explodem na cena urbana (ver os piqueteiros na Argentina; a mobilização social em El Alto, Bolívia, e as grandes marchas e acampamentos urbanos do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto, Brasil). Esta explosão tece um novo tipo de intercâmbio entre sujeitos sociais e experiências políticas, que ultrapassa até mesmo fronteiras nacionais.

Na atual conjuntura, a visibilidade alcançada em décadas anteriores pelos movimentos sociais urbanos - reivindicações por melhores condições urbanas de vida - tem sido conquistada por movimentos que defendem a alteração da ordem institucional e da política econômica. Velhos e novos movimentos sociais encontram-se na cena urbana, intensamente refeita pela organização transescalar e corporativa dos interesses econômicos e pela agudização da exclusão social. Neste momento, a grande cidade latino-americana adquire novas funções, relacionadas ao coescionamento e ao fortalecimento da ação social.

Pesquisa urbana: política e ação social

É a valorização da experiência urbana, do território usado como propôs Milton Santos, que permite reconhecer, no presente, a germinação de diversos futuros e, assim, recusar análises que apenas reconhecem, na cidade, o lugar de satisfação das exigências da economia globalizada. Sem dúvida, a cidade viva, insurgente e experimental não morreu, mesmo quando acontece a involução urbana (desindustrialização) e intra-urbana (vulnerabilidade e aguda periferação dos mais pobres). A grande cidade mantém-se como celeiro de experiências sociais, da ação espontânea, da criatividade, de aprendizados políticos e de invenções institucionais.

A atualização da cidade desafia as teorias urbanas construídas para o período de hegemonia incontestada do capital industrial. Mudanças na organização do capitalismo e na ação social impulsionam, atualmente, estudos dos valores culturais, de identidades sociais e da territorialidade, em articulação com a política e a dinâmica econômica. Transformações na acumulação capitalista trouxeram incerteza e insegurança ao cerne da experiência urbana, o que reduz a influência exercida por orientações teóricas apoiadas no estruturalismo.

Agora, a pesquisa urbana precisa suportar, em seus procedimentos técnicos, a insolúvel tensão entre determinantes econômicos e culturais da ação social. Da mesma forma, as ciências sociais enfrentam dificuldades analíticas decorrentes da tensão entre orientações históricas e utópicas da ação social. Estas tensões espelham a presentificação das relações sociais trazida pela fluidez financeira, pela urbanização corporativa e pela globalização da economia.

Os movimentos sociais urbanos perderam centralidade nas últimas décadas. Entre as causas desta perda encontram-se o recuo do Estado – o seu principal opositor político –, a escassez de recursos financeiros para as políticas urbanas, as estratégias da reestruturação produtiva com os seus impactos no “mundo do trabalho”. A crise do interclassismo também é responsável por dificuldades enfrentadas por estes movimentos, além do agravamento da desigualdade social, a agudização da violência e o deslocamento, contra os mais pobres, da fronteira entre legalidade-ilegalidade.

Atualmente, os setores médios enfrentam a sua própria crise do trabalho e absorvem os estímulos da excludente face urbana da “sociedade de consumo” em consolidação nos países periféricos. Nestas circunstâncias, os laços sociais adquirem novos conte-

údos, numa cena urbana marcada por fortes sinais de fragmentação. São alguns destes conteúdos: identidades que resistem à discriminação; adesão ao localismo e ao bairrismo; formação de grupos sociais em sintonia com movimentos da escala mundial; articulação entre arte e militância política.

Um novo ativismo afirma-se na cena urbana da América Latina. O teor deste ativismo pressiona o próprio conceito de movimento social urbano, já que este ilumina, sobretudo, as mediações políticas entre carências sociais e esfera pública. No presente, é necessário analisar a dissolução dos princípios políticos que regem a ordem urbana e, também, acompanhar a ressignificação da experiência urbana por atores sociais com diversas culturas políticas. A agudização da exclusão social estimula a coesão de movimentos com diferente datação histórica, o que redimensiona a ação social. Nesta conjuntura, surgem novos enlaces entre religião e política e, também, entre identidades culturais e movimentos sociais. Afinal, a crise societária transforma a cidade em epicentro político de movimentos originados em diferentes territorialidades, o que a confirma como espaço em movimento e dos movimentos.

Com estas breves palavras, deseja-se salientar que as mudanças escalares e de sentido na ação social impõem o trabalho com técnicas de pesquisa que consigam acompanhar: a apropriação, do espaço urbano, por velhos e novos atores sociais e políticos; as mudanças de sentido da ação social, pela absorção de valores culturais de diferentes origens; os acúmulos políticos permitidos pelo território praticado; a velocidade com que acontecem a adesão e a perda de credibilidade de lideranças e projetos políticos; os vínculos entre ação espontânea e ação organizada; a crescente centralidade dos movimentos culturais; as mudanças institucionais demandadas por atores sociais e políticos.

A desregulação dos mercados e a velocidade na realização do lucro, exigidas pelas corporações transnacionais, desestabilizam governos, organizações políticas e instituições sociais. A perda de referências institucionais aumenta o valor heurístico da experiência social imediata. Com a conjugação destes processos, necessita-se de técnicas de pesquisa que permitam o acompanhamento de processos de diferentes escalas, sem abandono do “aqui e agora”. O campo dos estudos urbanos é desafiado a desvendar metodologias de pesquisa que incluam, simultaneamente, a ação do “outro” e a explicação (econômica e política) de suas circunstâncias.

É a partir da ação (protestos, reivindicações e lutas) contextualizada que sujeitos sociais vivenciam a sociabilidade que permite a sobrevivência e, conseguem defender valores culturais recusados pela modernidade tardia. Observa-se que, com a crise societária, segmentos e grupos sociais tomam “para si” a responsabilidade por traçar o seu futuro, o que modifica a sua leitura dos recursos territorializados. A cidade, como território alienado e alienante, tem sido desvendada por sujeitos sociais que interrompem vias, ocupam pedágios e impedem a circulação urbana. Este é apenas um sintoma de processos, muito mais amplos, que denunciam o esgotamento das formas dominantes de construção das relações sociedade-espaço.

Um exemplo de profunda mudança na ação social surge na retirada do apoio popular a governos que pareciam dispor, até a véspera, de forte sustento nos movimentos sociais. Outros exemplos são encontráveis na defesa de bandeiras políticas abrangentes por movimentos sociais originados de reivindicações econômicas imediatas. Estas mutações indicam uma forte e difusa politização, sem limites pré-estabelecidos, abrigada na experiência urbana. A politização transparece no enfrentamento, por movimentos sociais, de questões institucionais que pareciam completamente distanciadas da interferência das classes populares. As lutas bolivianas pe-

la água e pelo gás, registradas pelo Observatório Social da América Latina (OSAL), são fortes exemplos desta nova realidade.

As mutações na ação social enfraquecem o patamar de certezas já alcançado pelo pensamento social; patamar que foi construído por interfaces entre projetos de modernização econômica e ideários evolucionistas presentes nas teorias sociais. Mesmo que as análises do desenvolvimento levassem a diferentes desembocaduras – reforma ou revolução? – o evolucionismo “de fundo” garantia a periodização segura da mudança social e a previsão de suas consequências políticas. Agora, os cenários são construídos juntamente com os atores e protagonistas da mudança social. Afinal, a presentificação exigida na modernidade tardia é ainda mais radical nas sociedades periféricas.

Pesquisa urbana: local e lugar

Existe uma vida de relações, de difícil percepção, que adquire força propositiva frente aos limites da democracia formal (formalizada) e a destruição das esperanças de integração social. Nesta vida, subterrânea e tentativa, o homem lento (categoria filosófica criada por Milton Santos) - que é o homem dos espaços opacos da cidade - cria formas alternativas de sociabilidade e táticas de sobrevivência. A densidade dessa vida de relações, que acontece à revelia do Estado, tem assumido crescente importância política na cena urbana da América Latina.

Verifica-se a contínua criação de novos espaços públicos provisórios (ruas, estradas, pontes, pedágios), em contraste com os espaços alisados, clean, da cidade corporativa. Acampamentos, ocupações de prédios da administração pública, protestos com alto conteúdo simbólico, atos públicos em lugares que reforcem memórias ancestrais demonstram a vitalidade da cidade e impedem o apartheid político das classes populares. É com base na observação desses processos que pode-se afirmar que a hipótese da cidade fantasma, que resultaria da difusão das tecnologias de informação e comunicação, é falsa.

Aliás, a manutenção do comando da economia globalizada nas metrópoles acentua a fragilidade dessa hipótese. Nos espaços urbano-metropolitanos, estão concentrados acúmulos materiais e simbólicos que incluem, além dos produtos das sucessivas modernizações, registros de anteriores projetos políticos e sobrevivências culturais. Estes acúmulos sustentam aprendizados que poderão vir a permitir a renovação de ideários políticos a partir da experiência das sociedades periféricas. Nesta formulação conceitual, a cidade apresenta-se como uma espacialidade construída por múltiplas e contraditórias territorialidades.

A cidade assim concebida demanda a realização de análises tentativas, abertas e parciais da ação social, orientadas por hipóteses cuja correção será verificada no próprio desenrolar do acontecimento. Este tipo de análise exige indução e intuição, apoiadas em teorias da ação. Experimenta-se, nas ciências sociais, a necessidade de rever as abordagens mais estabilizadas das identidades sociais, reconhecendo a importância dos valores culturais veiculados por movimentos e redes sociais. Na revisão teórica hoje necessária, acredita-se ter grande relevância a preservação da diferença entre local e lugar.

A tensão entre local e lugar indica os limites de análises do território que contemplam apenas os atores hegemônicos (Estado, agências multilaterais e grandes corporações). Sem reduzir a importância das pesquisas dedicadas a estes atores, cabe dizer que é preciso realizar o estudo das tendências contra-hegemônicas. Este estudo exige a pesquisa de outras formas de poder que, reunidas na cena urbana, adquirem visibilidade e grande influência nos momentos mais agudos de mudança conjuntural. Estas outras formas de poder incluem vínculos co-

munitários, experiências religiosas, relações étnicas e aprendizados ancestrais.

De imediato, as dificuldades enfrentadas na pesquisa da contra-hegemonia advêm da própria complexidade do local e do lugar. O local é sobre-determinado por constituir o locus de realização de projetos definidos por atores das outras escalas da realidade social. No entanto, o local não esgota o contexto. Este é também lugar, isto é, a espacialidade da ação espontânea, do inesperado, do acaso, do não-planejado, das experiências incertas.

O lugar opõe-se ao pensamento único mas, também, ao politicismo e ao economicismo. Ele é, sobretudo, vida social, memória coletiva, sociabilidade e ação espontânea. Com a distinção entre local e lugar, aqui proposta, procura-se indicar a complexidade dos contextos. Não existem barreiras rígidas entre local e lugar, a não ser aquelas construídas pelos muros que isolam os espaços orgânicos da pobreza dos espaços alisados da modernidade tardia. Para além (e aquém) destas barreiras, são tecidos os pactos, as negociações, as áreas de dúvida e os acordos estratégicos que constroem o cotidiano urbano.

Pesquisa urbana: atividade e ação

Em vez de barreiras rígidas, existem mediações entre agentes econômicos e atores políticos destas duas faces dos contextos: local e lugar. Disputa-se, no presente, as condições indispensáveis à sobrevivência imediata e projetos para o futuro. A natureza desta disputa impede, para os atores do lugar, o mergulho na tradição e, para os atores do local, o corte radical com a história urbana, já que a própria den-

sidade dos contextos impede a total abstração de características do espaço herdado.

A atenção aos contextos propicia a reflexão de conteúdos do ativismo, isto é, as passagens entre atividade e ação. Convém dizer que a atividade, para os objetivos desta classe, refere-se, segundo a orientação weberiana, à ação tradicional ou aos atos que não ultrapassam a preservação (ampliada) do já existente. Já a ação social propriamente dita pressupõe a autonomia dos sujeitos sociais ou a luta por alcançá-la, o que inclui o domínio dos sentidos da ação e a defesa de projetos que podem superar o já existente.

Com esta perspectiva analítica, propõe-se que a pesquisa urbana não se deixe conduzir, apenas, pelos movimentos sociais mais visíveis. Sugere-se que, além destes movimentos, seja valorizado cada gesto em que seja possível reconhecer a luta pela afirmação de sujeitos sociais autônomos. Considera-se que a valorização deste gesto é coerente com os limites em que ocorre, geralmente, a resistência à exclusão social, à opressão e ao anonimato. As estratégias e as táticas do “outro” formam uma cartografia muito diferente daquela desenhada pela ação esperada nos espaços públicos da modernidade.

A cartografia do homem lento mescla a ação espontânea à ação organizada, expressando racionalidades alternativas. Para interpretá-la, é necessário alterar a observação e o registro da ação social, assumindo a cidade como arena incerta e experimental. Os usos do território mapeados nesta cartografia decorrem de regras - não ditas - do cotidiano e da sociabilidade. Quando articulados à revolta e à insurgência, estes usos são freqüentemente fugazes, de curta duração, já que conquistados no espaço do

opositor. Escapam da repressão justamente por serem imprevisíveis para a ordem dominante, inesperados e surpreendentes. Esta é uma cartografia construída pelo conhecimento vivido da cidade, por saberes populares, por praticantes dos lugares e pela solidariedade.

Esta cartografia condiz com a razão prática da maioria, com a tradição dos lugares. É necessário conhecer esta razão, as racionalidades alternativas que a constroem, e estimular o debate em torno de uma outra urbanidade, distante da pauta consumista e da arquitetura do medo da última modernidade. De fato, a inclusão do território usado, do contexto (local e lugar), na compreensão da ação social estabelece um forte ponto de apoio para a superação dos impactos, na região, da crise paradigmática das ciências sociais. Esta inclusão amplia o diálogo entre as ciências sociais e indica características da pesquisa urbana hoje necessária.

São algumas dessas características: a valorização da ação possível, ainda que não apresente os traços esperados por teorias sociais e partidos políticos; a valorização dos usos do espaço, especialmente os construídos pelos movimentos populares; a valorização da memória popular das lutas urbanas e no urbano; a valorização dos vínculos entre identidades sociais e território (territorialidades); a valorização dos estudos transescalares da ação social; a valorização de inovações institucionais identificadas a partir da análise dos sentidos da ação social.

** Ana Clara Torres Ribeiro é socióloga. Doutora em Ciências Humanas pela Universidade de São Paulo. Prof. do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano.*

Crise urbana na atualidade: indagações a partir do fenômeno da concentração espacial dos pobres em assentamentos ilegais

Elizete Menega*

Introdução

Se há um sentimento atualmente compartilhado, é o da crise de nosso tempo. Assim Claude Lefort inicia o ensaio “O imaginário da crise”. Conforme a literatura examinada pelo autor, a experiência atual de viver em crise tem sua origem estreitamente enlaçada ao conjunto de mudanças que culminou nas formas de dominação burguesa instituídas no século XVIII. Em outras palavras, a crise como noção de instabilidade, desordem e iniquidade permanente instalou-se já na aurora da modernidade. É, nesse sentido, um elemento permanente e intrínseco à própria condição da modernidade que apresenta, de tempos em tempos, movimentos bruscos de agravamento. *A desordem*, diz ele, *está ligada à essência do moderno. A desordem está fora de nós e dentro de nós* (Lefort, 1996: 32).

Não pretendemos, aqui, reproduzir todos os fios interessantes que tecem o argumento dos *profetas da crise*, conforme se refere Lefort. Desejamos, contudo, valorizar as seguintes idéias apresentadas por este autor. Em primeiro lugar, salientamos a idéia de que a *crise do nosso tempo* tem raízes na modernidade, sendo, portanto, historicamente determinada. Em segundo lugar, que ela é um fenômeno que, na atualidade, alcança a experiência social na sua totalidade: *Refiro-me a uma crise geral – crise da cultura ou da civilização, crise da Razão ou do Espírito, crise*

do Ocidente ou da Humanidade. Em terceiro lugar, relevamos a percepção do autor para tendências de irreversibilidade do patamar atual de crise, no qual se encontra mergulhado o Ocidente. Sintomas desta irreversibilidade poderiam ser tomados a partir da observação cotidiana de sinais de decomposição interna da civilização. Em oposição à crença nas potencialidades ilimitadas do progresso, como recurso para o enfrentamento da crise, Lefort vê *a imagem de uma civilização que traz em si a barbárie, a de um curso irreversível da história e de um futuro imprevisível, a de uma ruptura entre progresso material e a vida moral* (Lefort, 1996: 36).

Segundo Harvey, a crise da modernidade sofreu uma inflexão profunda a partir da metade dos anos setenta do século passado. A partir de então, propõe o autor, toda experiência social deve ser interpretada como experiência de viver em crise. Trata-se de uma crise que atravessa as formas de ordenamento político, econômico, cultural, religioso e que, indissociavelmente, alcança as formas de ordenamento espaço-temporal da sociedade ocidental em vias de “urbanização completa” (Léfebvre, 1983).

Em outras palavras, este movimento de inflexão da crise ocorrido na década de setenta encontra-se associado à crise econômica produzida pela superacumulação, à crise política do Estado de Bem-Estar e à crise de conteúdo cultural e religioso que afetou todo o Ocidente – tanto o centro quanto a periferia.

Em resumo, neste período, entram em cena: o neoliberalismo econômico e político (ideário que busca combinar o máximo de liberalismo econômico, com o mínimo de democracia política), a flexibilização do modelo de produção industrial, o aprofundamento das tecnologias poupadoras de mão de obra, as mudanças na forma da família tradicional e o declínio irreversível do catolicismo, da moral e da ética. Associadas a estas mudanças ocorreram, no período assinalado, mudanças profundas na estrutura espaço-temporal do mundo ocidental: ao aceleração da tendência de urbanização completa da sociedade correspondeu o processo de deslocamento das fronteiras entre o urbano e o rural e entre o público e o privado.

Crise urbana: desafios para uma representação analítica adequada

A crise atual desafia não apenas os limites postos ao enfrentamento da desordem concreta do mundo, mas, igualmente, os limites das formas de conhecimento e representação deste mundo. Que conceitos, que categorias, que imagens, que ilustrações podem expressar a quantidade e a qualidade das transformações que tão velozmente ocorrem no espaço e na sociedade? Como pensar o futuro desta sociedade formada de tão numerosos indivíduos concentrados em cidades, produzindo sistemas de

necessidades, sobretudo materiais, crescentemente complexos? Como interpretar a concentração galopante da pobreza e da miséria nas cidades, nos últimos trinta anos?

Na literatura encontramos opiniões de autores como Peixoto (1996), que afirmam que a crise urbana é irrepresentável. Segundo Peixoto, não existe linguagem capaz de representar as mudanças, em curso, na forma urbana. As formas arquitetônicas e urbanísticas que se encontram associadas à expansão urbana contemporânea estão armando a cidade com uma nova trama, que é *irrepresentável: O tecido se esgarça, fraturas rasgam a cidade. Um estilhaçamento que converte a nebulosa urbana num amálgama de áreas desconectadas* (Peixoto, 1996: 519).

Zonas com elevadíssimo adensamento, espaços saturados constituídos pela sobreposição de inscrições e pelo acúmulo de coisas e detritos, coexistem com imensas áreas abandonadas. A expansão urbana acelerada subverte as formas urbanas tradicionais, formando *hiatos na narrativa urbana, interrupções no seu contínuo histórico* (Peixoto, 1996).

Segundo o autor, estamos diante do *sublime*, do *irrepresentável*, do *indizível*, do *incomunicável*. Assim como o instante do clarão de um raio em meio à tempestade não pode ser representado na pintura de uma paisagem, também o conjunto arquitetônico e urbanístico da grande cidade contemporânea desafia todas as formas de representação. Como na lendária Torre de Babel, presenciamos a *desarticulação das linguagens particulares e, portanto, a incomunicabilidade*:

Babel figura na história da arquitetura aquilo que a tempestade indica na da pintura: a equivalência de projeto e ruína. Numa só construção o intuito e sua impossibilidade. Como o clarão de um raio, que atenta contra a própria pintura. O efeito babélico da tempestade: apresentar o irrepresentável (Peixoto, 1996: 523).

É, efetivamente, sob o signo da crise das metrópoles que se abriu este novo milênio. Sua gravidade é de tal ordem que se tornou realmente difícil especular sobre o futuro das grandes cidades. Contudo, esforços direcionados no sentido de criar formas adequadas para a representação da crise urbana contemporânea foram desenvolvidos por Henri Lefebvre, ao longo de, praticamente, toda sua obra. As grandes cidades tornaram-se verdadeiramente desmedidas: ultrapassaram as medidas tradicionalmente utilizadas para a representação da realidade urbana. Conforme Lefebvre, instalou-se a cegueira sobre algumas zonas da realidade.

No final dos anos sessenta e início dos setenta, Lefebvre lançava ao público um conjunto de reflexões filosóficas sobre o processo de urbanização do mundo ocidental. Nestas obras, observa-se o esforço realizado pelo autor em direção à percepção do fenômeno da urbanização como totalidade: *aquilo que objetivamente analisamos é um todo* (Lefebvre, 1983: 24).

Este autor preocupou-se com a problemática que se abria diante da perspectiva de urbanização total da população do mundo ocidental. O autor não se debruçou apenas sobre a problemática da cidade individual, mas sobre a totalidade do espaço urbano. Lefebvre foi o primeiro autor que refletiu seriamente sobre o fato de que o mundo ocidental caminhava irreversivelmente para a *urbanização total*. A este momento de incerteza e perplexidade diante do futuro, ele denominou de *fase crítica*.

Para referir-se aos desafios de representação da *fase crítica* configurada pela urbanização completa da sociedade, Lefebvre construiu a sugestiva imagem da *caixa-preta*:

Até o momento, a fase crítica comporta-se como uma “caixa preta”: sabe-se o que entra, vislumbra-se, às vezes, o que sai, porém, não se sabe exatamente o que ocorre no seu interior. Tal situação torna impossíveis os procedimentos habituais da pers-

pectiva ou da projeção que extrapolam, a partir do atual, isto é, do constatado (Lefebvre, 1983).

A *fase crítica* indica a existência de um movimento de transição em direção a um devir aberto, incerto. Sem possibilidades de *re-presentar* o presente, torna-se impossível fazer projeções sobre o futuro da sociedade completamente urbanizada, com elevadas taxas de crescimento demográfico.

Lefebvre situou a trajetória da urbanização do ocidente sobre um eixo temporal linear. Sobre a linha do tempo cuja flecha parte de um ponto zero e direciona-se a um ponto 100, o autor identificou três momentos distintos da cidade ocidental: *a cidade agrária*, que correspondeu ao modo de produção escravista da Antiguidade; *a cidade comercial*, que correspondeu ao modo de produção feudal, no período medieval, e a *cidade industrial*, que emergiu na modernidade.

cidade agrária	>	cidade comercial	>	cidade industrial	>	zona crítica
0%	>	>	>	>	>	100%

Lefebvre observou zonas críticas nos momentos de transição da cidade antiga para a cidade medieval e, desta, para a cidade capitalista. Segundo o autor, esses momentos de passagem, de transformação profunda nas formas e nos conteúdos sociais, não alcançaram representação satisfatória. Assim, ele denominou estes momentos de campos cegos: “campos de guerra e conflito”.

Não se trata unicamente de campos obscuros, incertos e mal explorados; tratam-se de campos cegos assim como existe na retina um ponto cego, centro da visão e, no entanto, sua própria negação [...]

Os campos cegos se instalam na re-presentação. Em primeiro lugar, se dá a *apresentação* dos fatos e dos conjuntos de fatos, a forma de percebê-los e de agrupá-los. Depois tem lugar a *re-apresentação*, a interpretação dos fatos. Entre esses dois momentos, e em cada um deles, produzem-se ignorâncias e mal entendidos (Lefebvre, 1983: 35 e 37).

O autor expressou inquietação diante da insuficiência dos mecanismos tradicionalmente conhecidos de representação da realidade, que ocultam a percepção do *espaço* como parte indissociável do todo. *Em que consiste a cegueira? Não se vê o urbano (o espaço urbano, a paisagem urbana). Não o vemos ainda*. No trecho abaixo, apontou distorções do olhar que dissocia os objetos do *fundo* onde se fixam e que dissocia tensões sociais do quadro onde se inscrevem:

Se há cegueira, esta não é devida unicamente ao fato de que os objetos não são percebidos e que o espaço parece encontrar-se vazio [...] A cegueira consiste em que não se vê nem a forma do urbano nem os vetores e tensões inerentes ao campo, sua lógica e seu movimento dialético [...] unicamente se vêem coisas, operações, objetos (funções) (Lefebvre, 1983: 48).

Seguindo as indicações de Lefebvre, pode-se interpretar que os *campos cegos* produzem-se a partir de um determinado modo de analisar a realidade (a totalidade) que dissocia os conteúdos sociais das formas espaciais onde estes se inscrevem sem que, depois, sejam reunidos na totalidade. Assim, as formas espaciais são abstraídas dos conteúdos sociais e os conteúdos sociais, por sua vez, abstraídos das formas, sem que, em algum momento, a reflexão torne a reunir aquilo que, na realidade, apresenta-se indissociável. Ao longo de sua obra, Lefebvre buscou elucidar o significado da palavra forma:

Para definir a forma deve-se partir, portanto, da lógica formal e das estruturas lógico-matemáticas. Não a fim de isolá-las e fetichizá-las, mas sim, pelo contrário, a fim de surpreender sua relação com o “real” [...] Não há forma sem conteúdo. Não há conteúdo sem forma. Aquilo que se oferece à análise, é sempre uma *unidade* entre a forma e o conteúdo (Lefebvre, 1979: 83).

Em Lógica formal, lógica dialética, o autor insistia:

O Método não deve desdenhar a lógica formal,

mas retomá-la. Portanto o que é esse método? É a consciência da forma, do movimento interno do conteúdo [...]. A lógica dialética acrescenta, à antiga lógica, a captação das transições, dos desenvolvimentos, da ligação interna e necessária das partes no todo.

Esse pensamento move-se no tempo, mas se inscreve no espaço; determina nele seu trajeto, realiza um percurso, e, sob esse aspecto, não pode separar-se da práxis, da *realidade* (Lefebvre, 1979: 21 e 22).

Nessa obra, Lefebvre insiste na necessidade de re-unir aquilo que a metafísica separou: o sujeito e o objeto; a compreensão e a extensão do fenômeno; a forma e o conteúdo. *Essa metodologia pode ser chamada de: método dialético que incorpora a lógica*. Este autor abriu as portas para um debate fecundo sobre a necessidade de construir formas adequadas de representação do espaço urbano. Ao propor integrar ao pensamento os instrumentos capazes de reunir forma e conteúdo social, indicou um caminho fértil para a compreensão do *espaço social*, este termo tantas vezes empregado sem significação precisa pelos que se envolvem no campo dos estudos urbanos (Lefebvre, 1979: 12).

Seguindo as sugestões de Lefebvre, pode-se pensar a crise urbana como crise das formas estruturadas de apropriação do espaço social e, indissociadamente, crise dos conteúdos estruturados da ação social; como crise do sujeito e da sua objetividade: desordem e instabilidade, então, que se estendem à totalidade dos domínios da vida social.

Observada a partir da nossa condição periférica no mundo ocidental, esta crise diz respeito ao esgotamento do modelo de relações socialmente estruturadas, no espaço e no tempo, entre homem e natureza, entre campo e cidade, entre público e privado, entre proprietários e *sem-propriedade*, entre civilização e barbárie. Podemos acrescentar que a crise urbana alcança de maneira muito diferente as distintas classes sociais: a *classe dos proprietários* e a *classe dos sem-propriedade*. A crise urbana impõe, para os pobres urbanos, a experiência terrível de viver como moradores indesejáveis, concentrados em propriedades ilegalmente ocupadas e permanentemente expostos à expropriação – ou à remoção, para empregar um termo técnico oriundo do campo do planejamento urbano.

Consideramos, então, a hipótese de que o movimento acelerado de concentração dos pobres em propriedades ilegalmente ocupadas, nas últimas três décadas, expressa a face mais aguda do que se pode denominar de crise urbana. Trata-se de um indicador contundente que aponta que, definitivamente, os pobres não têm lugar no território: depois da longa e tenebrosa trajetória de expropriação do campo, ainda não encontraram terreno para garantir dignamente sua sobrevivência na cidade. Consequentemente, o seu futuro permanece ameaçado.

Sobre a concentração dos pobres em assentamentos ilegais

Podemos dizer que estamos no olho do furacão, isto é, no centro, de um movimento de transformações em nível global que, velozmente, vem concentrando a população nas cidades e submetendo parcelas significativas deste contingente à sobrevivência em condições indignas. Para o diagnóstico da gravidade da crise urbana atual, consideramos, não só o aumento veloz do desemprego e do trabalho precarizado mas, também e, indissociavelmente, o movimento de compressão acelerada da pobreza em assentamentos ilegais nas grandes e médias cidades. A reprodução da vida encontra-se ameaçada nestas regiões das cidades que, oficialmente, são denominadas de “invasões”. Ao nosso ver, as tensões que daí vêm surgindo, são potencialmente capazes de comprometer a coesão da sociedade e o futuro das cidades. Trata-se de uma situação que não encontra pre-

cedentes na história da civilização e, por isto, é difícil imaginar o seu desdobramento.

Vamos denominar de *sem-propriedade* esta legião crescente de excluídos do acesso às formas legais de propriedade da terra urbana, bem como dos serviços e equipamentos públicos indispensáveis à reprodução da vida nas cidades. No Brasil, as regiões do território urbano onde, historicamente, se concentram os *sem-propriedade* são denominadas de favelas ou vilas populares. Do ponto de vista da composição étnica, seus moradores são massivamente constituídos por afrodescendentes. As áreas de risco, tais como, encostas de morros e terrenos alagadiços, são, por excelência, o lugar que ocupam na cidade.

Com base em indicadores do crescimento da pobreza em *bairros marginais*, o relatório da ONU-Habitat de 2003, intitulado *The challenge of slums*, comparava metrópoles como Rio de Janeiro e São Paulo a *bombas-relógios*, aptas a explodir a qualquer momento (*Jornal O Globo*, 2003; *Jornal do Brasil*, 2003). Em São Paulo, por exemplo, metade da população – 5,5 milhões – vive em áreas ilegal e irregularmente ocupadas. O conjunto de tais áreas representa, apenas, 17% do território desta cidade. Dito de outra maneira, a outra metade dos habitantes desta cidade ocupa 83% do território urbano (*Folha de São Paulo*, 2000).

Na cidade do Rio de Janeiro, segundo dados da Prefeitura Municipal, um terço da população, cerca de 2 milhões de cariocas, vive em terrenos ilegal ou irregularmente ocupados. Nesta cidade existem, atualmente, 1.500 assentamentos ilegais. Deste total, 90% não possui título de propriedade da terra e quase todos ocupam áreas de risco tais como encostas, áreas próximas de rios, canais e lagoas. Entre os anos de 1991 e 2000, ocorreu um aumento de 450 novas áreas. Nestas áreas, a taxa de crescimento da população foi de 2,4% ao ano, enquanto na cidade formal, a taxa de crescimento vegetativo foi de 0,3%. Dados semelhantes sobre o crescimento dos assentamentos ilegais podem ser observados em todas as demais metrópoles brasileiras.

Mas, tal fenômeno não se restringe ao território brasileiro. Todas as grandes cidades do mundo ocidental – sejam as dos países centrais ou as da periferia latino-americana – enfrentam, em maior ou menor medida, a problemática do crescimento interno dos *sem-propriedade*. Acreditamos que este fato constitui o cerne da crise urbana na atualidade. Conforme dados da ONU-Habitat, 31,9% dos habitantes da América Latina e Caribe vivem, atualmente, em “bairros marginais”. E, este percentual cresceu para 6,2% na Europa (*Jornal do Brasil*, 2003).

As favelas brasileiras, os guetos negros das cidades americanas e os conjuntos habitacionais na *banlieue* francesa são exemplos da tendência de crescimento dos *sem-propriedade* nas cidades ocidentais. Nos países centrais, os *sem-propriedade* ocupam edifícios velhos e degradados. Nos países periféricos, densificam favelas existentes e formam novas favelas em lugares cada vez mais distantes, das fontes geradoras de emprego e renda.

Contudo, é certamente aqui, nas grandes cidades da periferia do mundo ocidental que a crise adquire sua face mais perversa, submetendo gigantescas massas de pobres e miseráveis à incerteza, à aleatoriedade e à possibilidade de extermínio. Este parece ser o elemento central da crise urbana atual: o futuro é absolutamente negado para uma parcela cada vez maior de moradores pobres da cidade. O crescimento constante da violência urbana é sem dúvida, um indicador eloquente do agravamento desta situação.

Não se trata, portanto, de um problema restrito a algumas cidades e a grupos minoritários. Se constataremos que, tendencialmente, a realidade impõe para a maioria dos moradores das grandes e médias cidades a condição de viver em assentamentos ilegais, então podemos afirmar que estão em curso mudanças profundas no modo hegemônico de estruturação da propriedade do território. Neste sentido, con-

sideramos que a análise dos conflitos em torno da propriedade do território tornou-se chave para a explicação da atual configuração da realidade social.

Trata-se, pois, de diagnosticar a existência de disputas, entre classes e frações de classes sociais, por um lugar na divisão territorial em propriedades e não, apenas, de disputas por um lugar na divisão social do trabalho. Em outras palavras, a compreensão da realidade social – da totalidade social – exige a análise dos sujeitos e das relações de produção historicamente estruturadas, mas, também, e, indissociavelmente, a relação destes com as formas estruturadas de apropriação do território que encerram as lutas por cidadania e o direito de viver na cidade.

A realidade dos assentamentos ilegais já alcançou representação cartográfica nos mapas atuais de várias cidades brasileiras. Nestas cartografias, observamos que a extensão do tecido urbano que foi tramado pela malha de propriedades “legais”, encontra-se vazada, digamos assim, por extensas regiões onde prevalecem as formas “ilegais” de ocupação do solo. Por não apresentarem o título da propriedade e, portanto, não serem reconhecidos como proprietários, estes moradores são considerados indesejáveis na cidade. Por não terem o acesso à forma privada de propriedade, única juridicamente considerada legal, também não têm direito aos serviços públicos, a não ser através das negociações clientelistas, onde tudo é conduzido para o âmbito da troca de favores.

Como esta realidade foi produzida? Como pesquisar sua gênese e estruturação?

Ao utilizar os termos proprietário e *sem-propriedade*, estamos sugerindo um sistema de classificação social que considere os indivíduos, não apenas a partir do lugar que ocupam no sistema de produção das riquezas – a partir da função exercida na divisão social do trabalho – mas, também, indissociavelmente, a partir da forma – legal ou ilegal – de apropriação territorial que os mesmos utilizam. Isto exige inscrevermos o fenômeno da segregação sócio-espacial no movimento da gênese e da estruturação, no espaço e no tempo, do modo de produção e do modo de propriedade que tão singularmente configuraram a civilização ocidental moderna.

Ao recriar a propriedade privada, o proprietário moderno criou o seu *outro*, o *sem-propriedade*. Este fato, poucas vezes lembrado, encontra-se instalado no coração da noção moderna de ordem e desordem. Na Antigüidade clássica prevaleceu a situação em que o *outro*, o bárbaro, encontrava-se fora dos limites territoriais da civilização. Fora, portanto, dos limites do Ocidente, o que queria dizer fora do espaço social estruturado em propriedades públicas e privadas. O bárbaro capturado tornava-se escravo e, nesta condição jurídica era-lhe assegurada a sua reprodução – mesmo que indignamente – na propriedade privada. Excluído do acesso ao público e ao privado, o *sem-propriedade* moderno perpetua-se na condição de habitante ilegal. Assim, as reflexões sobre a crise do nosso tempo, se desejarmos alcançar maior objetividade, devem considerar este fato.

O dilema dos *sem-propriedade* tem raízes profundas no modo de urbanização hegemônico no Ocidente e não apenas no modo de produção que se consolidou na modernidade. O movimento de formação dos *sem-propriedade* começou nos séculos XI e XII, coincidindo, justamente, com o renascimento da cidade em todo ocidente medieval. Este processo ocorreu a partir da colonização do norte da Europa e da revitalização da extensa rede urbana que havia sido destruída pelo transbordamento da barbárie, entre os séculos III e V, quando ocorreu o declínio do Império Romano.

O renascimento da urbanização no ocidente do século XI ocorreu através da sobreposição violenta das formas de ordenamento territorial que haviam definido o ocidente na antiguidade. No século XVI, quando os ocidentais estenderam seu território ane-

xando o Novo Mundo, fizeram no segundo este mesmo modo de colonização. Na tradição do ocidente, desde a Antigüidade, a urbanização é um modo específico de colonização que se implanta mediante a lógica da desapropriação do *outro*.

É nesse sentido que se pode falar que o continente americano é parte indissociável do ocidente. Consideramos, portanto, a gênese e o desenvolvimento do modo de urbanização do Ocidente, como um todo estruturado de centro e periferia. Assim, propomos inscrever a experiência urbana brasileira e latino-americana num roteiro reflexivo que a considere como parte indissociável da totalidade da experiência urbana do mundo ocidental.

O modelo ocidental de colonização consolidou-se a partir da estruturação de um modelo específico de apropriação territorial indissociavelmente ligado às atividades de produção agrícola e extrativismo voltadas à exportação. Desde os primórdios do século XVI, em toda a América, este modelo vem produzindo continuamente massas de desterritorializados, de moradores ilegais, de *sem-propriedade*. Hoje, tendem a se concentrar, majoritariamente, nas cidades e metrópoles. Encontram-se concentrados, amontoados em porções relativamente pequenas do território, onde sobrevivem com meios precários.

Nesta direção, a gênese da pobreza e da iniquidade que conformam a atual crise das cidades brasileiras e latino-americanas não pode ser dissociada da gênese e da estruturação do modo ocidental de civilização que aqui foi iniciado com a colonização do país, há 500 anos. A violência da expropriação da base fundiária dos nativos, a morte, o saque, a destruição de aldeias inteiras de índios e a transformação dos sobreviventes em escravos ou párias diante do homem civilizado ocorreu de maneira ininterrupta e intensiva durante os séculos XVI, XVII e XVIII. Estes acontecimentos vinculados à acumulação primitiva estão na gênese das transformações que vieram estruturar o modo de produção capitalista, indissociavelmente, no centro e na periferia do mundo ocidental.

Desde o período colonial, observa-se, em toda a América, a formação de inumeráveis deserddados, constituídos por descendentes de índios e de africanos excluídos das formas legais de apropriação do território. O processo republicano de instituição jurídica da forma público-privada de apropriação do território veio, definitivamente, determinar o lugar que lhe coube no território da cidade e do campo: o assentamento ilegal.

A partir de formas alternativas de apropriação da terra urbana, os *sem-propriedade* geraram uma forma-conteúdo própria de viver: os assentamentos ilegais. A favela e os assentamentos ilegais constituem a forma de viver do *outro* na cidade. Sua trama sócio-espacial interna é claramente distinta da ordem urbana fundada na trama de propriedades público-privadas hegemônica na cidade ocidental. Este corpo social, espacialmente definido no interior da cidade, é predominantemente formado pelos excluídos, parcial ou totalmente, não apenas das fontes de emprego e renda, mas também, e indissociavelmente, das formas legais de acesso à propriedade do solo e do acesso pleno e universal às redes de serviços públicos considerados imprescindíveis à reprodução da vida nas cidades tais como: transporte, saúde, educação, água, saneamento, pavimentação, iluminação e lazer.

A crise urbana atual alcança a totalidade do Ocidente, mas, é na sua periferia que a face mais perversa se apresenta. Aqui, nas fronteiras do Ocidente, interpretamos a segregação crescente dos *sem-propriedade* em áreas ilegalmente ocupadas do território das grandes cidades como expressão dos limites desta forma e deste conteúdo civilizatório.

** Doutora em Planejamento Urbano e Regional na Universidade Federal de Juiz de Fora.*

XXIII ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA DO CLACSO V CONFERÊNCIA LATINO-AMERICANA E CARIBENHA DE CIÊNCIAS SOCIAIS



AMÉRICA LATINA E CARIBE:
DESAFIOS DEMOCRÁTICOS E POLÍTICAS EMANCIPATÓRIAS
7, 8, 9 e 10 de outubro de 2009
Cochabamba, Bolívia

Consejo Latinoamericano
de Ciencias Sociales



CLACSO

Conselho Latino-americano
de Ciências Sociais

www.clacso.org



Gobierno de Bolivia
Presidencia de la República



Universidad Mayor
de San Simón

CEPLAG
Centro de Planificación
y Gestión

IESE
Instituto de Estudios
Sociales y Económicos

C E R E S

Centro de Estudios de la
Realidad Económica y Social